

Introdução

A ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima iniciou o seu projecto a 31 de Dezembro de 1991. Dá-se assim início à intervenção do LEADER I no Vale do Lima, que veio a encerrar em 31 de Dezembro de 1994, marcado pela concretização de todos os objectivos propostos e lançando uma nova filosofia de actuação entre todos os actores do desenvolvimento local, entidades públicas e privadas.

A continuação deste projecto no âmbito do LEADER II foi equacionada ao longo de 1994, com a redefinição da zona de intervenção, realizando-se a 14 de Julho a reunião da Assembleia Geral da ADRIL que aprovou definitivamente a candidatura, que culminou com a credenciação da ADRIL a 6 de Maio de 1995. A 25 de Abril de 1996, é assinada a Convenção Nacional, dando-se início a uma nova fase que se prolongou até 31 de Dezembro de 1999.

Foram assim lançadas as bases para a continuação de um projecto que se tem revelado do maior alcance para o desenvolvimento do Vale do Lima e que é um exemplo de cooperação institucional ao nível local, nacional e transnacional.

A ADRIL é constituída por entidades representativas de todos os sectores da economia local e que são os principais actores do desenvolvimento do Vale do Lima. O sector público está representado pelas quatro Câmaras Municipais da zona de intervenção (Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo), pela VALIMA - Associação de Municípios do Vale do Lima, PNPG – Parque Nacional da Peneda/Gerês, RTAM – Região de Turismo do Alto Minho e ISPVC – Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo.

O sector privado está representado pelas seguintes associações:

TURIHAB - Associação do Turismo de Habitação, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Alto Minho, Centro Cultural Frei Agostinho da Cruz e Diogo Bernardes, Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez, Associação Empresarial de Ponte de Lima, ARVAL - Artesãos Reunidos do Vale do Lima, Adega Cooperativa de Ponte da Barca, AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, Adega Cooperativa de Ponte de Lima, AAVL - Associação dos Agricultores do Vale do Lima, Associação Empresarial de Viana do Castelo, AEVAL - Associação Empresarial Val do Límia, CEVAL – Conselho Empresarial do Vale do Lima. A área de intervenção da ADRIL, tem inúmeras potencialidades, que para além de muitas delas terem sido aproveitadas, para o desenvolvimento do Vale do Lima, existem ainda motivos para recuperar, valorizar e dinamizar o vasto património existente nesta região, dando sustentabilidade e melhoria de vida das populações rurais, pois é por elas que deve começar e basear-se toda uma estratégia de desenvolvimento rural integrado.

Geograficamente, o Vale do Lima caracteriza-se por situações distintas, onde a jusante existe uma zona montanhosa intensa, com formações graníticas de grande extensão, onde a altitude pode ir até aos 1200 m, decrescendo ao longo do vale, atingindo altitudes de 100 m a montante, definindo por si só, diferentes variações de temperatura e índices de pluviosidade.

Tendo ainda a agricultura um papel de importância na região, o declínio da mesma no Vale do Lima é inexorável e todos os indicadores apontam para um processo de esgotamento progressivo. Os agricultores que trabalham a tempo total nas explorações são cada vez em menor número, desenvolvendo cada vez mais actividades exteriores remuneradas. A população agrícola, gravita em torno da exploração, uma parte significativa, são jovens numa situação expectante, procurando entrar no mercado de trabalho, noutras actividades.

Quadro 1. Indicadores Agrícolas

<i>Indicadores</i>	<i>Minho-Lima</i>	<i>Vale do Lima (ZI)</i>	<i>Arcos de Valdevez</i>	<i>Ponte da Barca</i>	<i>Ponte de Lima</i>	<i>Viana do Castelo</i>	<i>Viana do Castelo (ZI)</i>
N.º Explorações	16 735	9 115	3 081	1 123	3 729	2 384	1 182
SAU (há)	68 273	42 511	16 675	10 784	10 732	7 110	4 320
Blocos/Exploração	8,5	8,2	7,1	12,9	5,5	7,2	7,3
Pop. Agrícola	57 799	31 865	9 005	3 764	14 284	9 703	4 812
Produtores - Total	16 511	8 998	3 037	1 111	3 673	2 369	1 177
Homens	8 842	4 560	1 681	589	1 796	1 128	494
Mulheres	7 669	4 438	1 356	522	1 877	1 241	683
Trabalho Exploração (N.º produtores)							
>0<50%	3 634	1 710	597	140	672	532	301
>=50 a <100%	8 598	4 832	1 778	761	1 621	1 057	672
Completo	4 279	2 456	662	210	1 380	780	204
Trabalho Exploração (% Produtores)							
>0<50%	22, 01	19	20	13	18	22	26
>=50 a <100%	52, 07	54	59	68	44	45	57
Completo	25, 92	27	22	19	38	33	17
Actividade Exterior Remunerada							
Principal	2 356	1 148	369	89	542	305	148
Secundária	260	126	50	15	42	30	19

Fonte: INE

O Turismo em Espaço Rural, assume hoje um papel preponderante para diminuir esta tendência, sendo neste sentido que a ADRIL vem trabalhando nestes últimos anos, aliando o vasto espólio arquitectónico, ambiental, cultural ao desenvolvimento integrado das populações rurais que carecem de meios para se fixarem nas localidades. Não é fácil dominar o êxodo rural, mas com diferentes acções de desenvolvimento, o apoio junto das populações e o conhecimento das mesmas é fundamental para que se encontre algum equilíbrio populacional.

As iniciativas levadas a cabo pela ADRIL, quer no LEADER I quer no LEADER II, tiveram um forte impacto na região, demonstrado pelos resultados favoráveis na recuperação do investimento.

Relativamente ao LEADER I, podemos hoje concluir que gerou grandes transformações na região, sobretudo nas zonas interiores do Vale.

- Difundiou-se o desenvolvimento turístico, que inicialmente se concentrava na faixa litoral e nas maiores aglomerações urbanas;
- Alargou-se a oferta a faixas sociais e etárias com difícil acesso aos benefícios do turismo, com múltiplas oportunidades e a preços reduzidos;
- Criaram-se excelentes condições de relacionamento social e para a troca de experiências entre a população rural do interior e a população urbana, incluindo um número sempre crescente de estrangeiros;
- Recuperou-se um conjunto significativo de exemplares do nosso património cultural e, sobretudo, despertou na população uma relação de afectividade e identificação com esses valores, que tendencialmente se perdia;
- Arreigou-se nessa mesma população a obrigação moral da salvaguarda do património comum e da sua transmissão intergeracional e criaram-se condições reais, nomeadamente pelo carácter demonstrativo das iniciativas, para a sua efectivação;
- Desencadeou-se um processo de aculturação e educação cívica que motivou outras entidades públicas e privadas a investir na continuidade desta iniciativa;
- Constituiu-se um apreciável complemento à economia familiar dos promotores da oferta turística, criando-se mesmo, em muitos casos, novos postos de trabalho;
- Atenuou-se a tendência crescente de desertificação e envelhecimento das aldeias, com a mobilização da população activa no sector terciário e o incremento das ligações familiares entre membros fixados e emigrados;

O Património, como expoente ou manifestação da cultura, é um dos recursos em torno do qual se podem articular estratégias de desenvolvimento rural. Assim o entendeu a ADRIL quando elaborou o seu Plano de Acção Local do LEADER II, tomando como eixo de

referência o Património em todas as suas vertentes – natural e cultural, paisagístico e arquitectónico, edificado e evocativo.

Entendeu-se que a cultura em toda a sua dimensão material e imaterial constitui a identidade da região, no seu todo e nas especificidades de cada lugar, assumindo-se, com efeito, como um importante recurso a colocar ao serviço de um novo desenvolvimento.

Os edifícios, as estruturas rurais (anexos agrícolas, caminhos e pontes, muros), os padrões culturais e religiosos, a própria estrutura fundiária, os sistemas de cultivo, o aparato dos ofícios, foram construídos para responder às necessidades sociais, económicas e culturais das gerações que nos precederam e traduzem o esforço de desenvolvimento de cada época. Representam, assim, um activo fundamental para conservar viva a memória colectiva, a alma da população rural.

Mas os ajustamentos sociais e económicos que no passado recente marcaram indefectivelmente o nosso país, reflectindo-se de forma diferente em cada região, acentuaram, em muitos casos, assimetrias históricas e recresceram distorções que deixaram marcas profundas no habitat e no equilíbrio da paisagem. Produziram-se, assim, claras roturas por efeito da inadaptabilidade das estruturas tradicionais aos padrões e exigências de uma qualidade de vida para a qual uma grande maioria da população, se bem que ansiosa e justamente credora, não estava ainda em perfeita sintonia.

À incapacidade das tutelas públicas na gestão da mudança acrescia o sentimento, por parte da população, de que o passado evocava privações, falta de conforto, uma vida dura que pretendiam esquecer, pelo que todas as referências, mormente as edificadas, que lhe recordavam, mesmo como testemunhas passivas, esse pesadelo, constituíam assombrações que urgia derrubar ou pelo menos, reformular.

Esta mentalidade, inicialmente difundida na classe emigrante e depois generalizada com o apoio ou, pelo menos, com a apatia da sociedade culta, acabaria por provocar uma reacção a favor da reabilitação do património, da redescoberta da sua autenticidade e de um novo respeito pelo passado. Este posicionamento, já então alinhado com o que de mais avançado se fazia em toda a Europa, encontrou mesmo soluções práticas que viabilizavam economicamente a recuperação e a conservação, conferindo ao Património um desempenho determinante na promoção do desenvolvimento rural.

Foi nesta perspectiva que o LEADER II se ajustou à realidade do Vale do Lima. A aposta feita na versão anterior, com a reconversão pioneira de algumas estruturas rurais orientadas para o Turismo e a produção local, poderia ser potenciada em torno de um denominador comum que despertasse sinergias numa articulação integrada desses projectos e de outros que viessem a ser contemplados. Esse denominador comum foi, por opção assumida, o Património.

Foi possível, assim, reforçar a oferta de alojamento turístico do Soajo com uma nova acção no Lindoso, corrigindo pontualmente alguns aspectos técnicos da intervenção. Recuperaram-se 19 casas que tiveram efeito multiplicador, gerando iniciativas semelhantes dentro e fora destes aglomerados e motivando as próprias autarquias para beneficiar o espaço público. A aldeia do Soajo é hoje um lugar de referência nos roteiros do património, com uma boa oferta de serviços e proporcionando uma melhor qualidade de vida.

O sucesso destas experiências induziu dentro do próprio Programa outro tipo de iniciativa-piloto — o reforço de centralidades nas freguesias periféricas de habitat disperso. Com este projecto, as freguesias com a população pulverizada ou agrupada em pequenos aglomerados indistintos, desprovidas de identidade própria e susceptíveis de ceder a processos de aculturação estranha, poderiam

reforçar uma centralidade representativa, em que todos se revissem. Nasceu, assim, o projecto dos Centros Cívicos, testado em três freguesias com características de ordenamento distintas, sendo já perceptível a receptividade local e o impacto gerado. Mais uma vez o Património foi a pedra angular desta nova iniciativa. Pequenas intervenções no edificado que, em alguns casos, não passaram de mera sugestão a ter em conta em próxima oportunidade; criação de um serviço de interesse público ou de um pequeno equipamento capaz de gerar animação e actividade, à custa da recuperação de um edifício mais significativo; melhoria da imagem do espaço público (remoção de fios aéreos, utilização de materiais tradicionais, alguma arborização e jardinagem, reintegração de elementos relevantes do edificado, colocação de mobiliário urbano ou instalação de sinalética).

Também no capítulo das Itinerâncias, as temáticas sugeridas justificaram uma ou outra publicação e algumas intervenções pontuais em valores assinaláveis do Património natural e cultural – o Caminho Português de Santiago, o Itinerário do Românico, os moinhos da Montaria ou o ecossistema da Veiga de S. Simão foram novos exemplos de como o Património pode constituir o argumento forte para um desenvolvimento sustentado e contribuir, simultaneamente, para reforçar a identidade cultural de uma região.

Para concluir esta abordagem é conveniente registar o contributo do Património, em todas as suas vertentes, para tornar possíveis os projectos de cooperação que a todos os níveis se verificaram no âmbito do LEADER II – ao nível local, com a criação do Turismo de Aldeia e a intervenção nos Centros Cívicos; ao nível regional, com a recuperação de três antigos edifícios, adaptando-os a Centros de Mostra de Produtos Locais; ao nível nacional, envolvendo parcerias com outros agrupamentos LEADER, que conduziram à constituição da ATA – Associação do Turismo de Aldeia e da CENTER – Central Nacional de Turismo no Espaço Rural; e ao nível transnacional, integrando o esforço comum de diversos países da União Europeia na

consolidação do Label “Aldeias de Tradição”, onde, mais uma vez, o Património é a referência central e o pilar do seu sucesso.

É nesta perspectiva de desenvolvimento que surge a candidatura à Medida 7.1 do Programa Agris, dando continuidade ao trabalho realizado por esta Associação, para que cada núcleo rural se valorize e dê melhores condições de vida às populações.

A candidatura parte como fio condutor duma estratégia levada a cabo pela ADRIL, no qual se lança mais uma pedra na construção do desenvolvimento integrado, partindo dum diagnóstico mais personalizado num determinado núcleo, avaliando as potencialidades dum determinado território bem como os seus estrangulamentos.

O diagnóstico pressupõe, ainda, a sensibilidade da equipa que trabalha no terreno, para identificar os problemas do centro rural, envolver toda a população num trabalho conjunto de dinamização, fazer-lhes sentir a importância da sua localidade, bem como a sua própria importância no desenvolvimento da mesma.

O diagnóstico elaborado parte de um estudo do local, que embora duma forma resumida, estabelece um conjunto de informações necessárias à intervenção. O diagnóstico das condições existentes, das potencialidades, dos estrangulamentos, pontos fortes e pontos fracos, irão permitir definir uma linha de actuação no futuro, aquando a implementação do Plano de Intervenção.

Metodologia

A recolha de dados para a elaboração do Plano de Intervenção, baseou-se na análise dos locais a intervir, onde o objectivo foi essencialmente actuar em zonas mais desfavorecidas, e onde fosse possível conciliar as mais valias existentes do local, passando obviamente pela valorização e melhoramento dos espaços públicos para benefício de toda a população. Numa primeira fase, com a colaboração da VALIMA, foram sugeridas pelas Câmaras Municipais do Vale do Lima, vários núcleos onde se previa a actuação da medida, partindo do prévio conhecimento do âmbito de actuação da mesma.

Numa segunda fase, depois de intensificados os locais a intervir, foram contactados os Presidentes de Junta para reunir os potenciais promotores, para ser publicamente apresentada a medida junto da população para que se comesasse a elaborar o levantamento das situações a intervir.

Foram constituídas equipas que trabalharam junto das pessoas, com o apoio da autarquia, que divulgou a iniciativa e recolheu os nomes dos interessados.

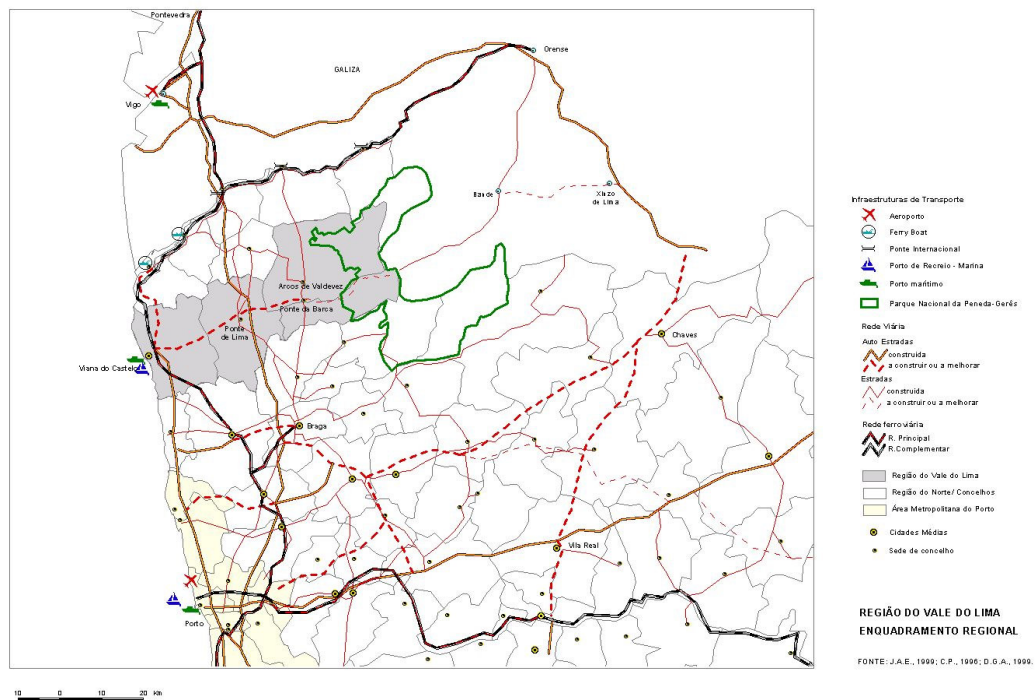
Foram levantados e fotografados possíveis actuações, com o preenchimento de uma ficha que descreve os trabalhos a elaborar e quantifica os respectivos.

Paralelamente foram recolhidos dados estatísticos referentes à freguesia, para uma melhor caracterização da população, e realizaram-se reuniões de trabalho, que envolveram os agentes locais. Foram ainda contactadas diversas instituições para recolha de informação complementar, como a Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, Câmaras Municipais, Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Associação de Municípios do Vale do Lima – VALIMA e Associação da Mesa dos Quatro Abades.

Localização Geográfica

O Núcleo Rural de Vilar do Monte, integra a freguesia de Vilar do Monte e é constituído pelos lugares de, Além-do-Rio, Cabo, Costa, Cruz, Penedo, Pombeira, Rego, Reserva e Vilar do Monte e abrange uma área com aproximadamente de 3,5 Km², onde reside uma população de 164 habitantes, concelho de Ponte de Lima, distrito de Viana do Castelo, região do Alto Minho.

Esta freguesia situa-se em pleno coração do Vale do Lima, numa zona montanhosa, dista 15 Km da sede do concelho, sendo servida pela municipal que liga Ponte Lima a Vilar do Monte, que por sua vez faz ligação à estrada nacional que liga Ponte de Lima a Paredes de Coura. Confronta com Miranda e Rio Frio, por este, Labrujó a norte, Barrio e Cepões a oeste e Calheiros a Sul.



Caracterização Edafo-Climática

Vilar do Monte insere-se numa região em que o relevo desta sub-região, é fortemente modelado pela rede hidrográfica do rio Lima. Inserido no concelho de Ponte de Lima, apresenta três zonas diferentes que variam desde a zona da Várzea na depressão fluvial com cotas inferiores a 200 m, a zona de meia encosta, entre os 200 m e os 500 m, onde se insere este núcleo rural, e a zona Serrana, acima dos 500 m, que tem pouca expressão na margem esquerda do rio Lima, onde são relevantes estes níveis na Serra de Arga.

O clima caracteriza-se por temperado atlântico, com Verões quentes e Invernos frescos, características que se acentuam quando caminhamos para o interior os níveis de transição das influências mediterrâneas, atlântica e de altitude. O invernos são em geral chuvosos e frios, Primaveras e Outonos irregulares e com predominância de Verões quentes e secos. A precipitação média anual varia entre os 1000 a 1200 mm, temperaturas médias anuais na ordem do 10° a 15° C, sendo que em zonas de meia encosta, concretamente onde se situa Vilar do Monte, as temperaturas baixam para as médias de 9,5° C, e a precipitação pode ir até níveis superiores aos 2000 mm.

Os solos são de textura ligeira ou mediana, permeáveis podendo nas zonas mais húmidas perecerem solos de textura mais arenosa.

Os solos mais pobres são utilizados para pastagens, onde são características cultura como o azevém, para alimentação do gado, bem como culturas espontâneas que são utilizadas para a mesma finalidade.

Caracterização Demográfica

A população residente do Núcleo Rural é de 113 habitantes (Censos 2001). A estrutura etária desta população caracteriza-se pela seguinte distribuição:

Quadro 1 – População Residente

População Residente					
	1981	1991	2001	Var 91/81	Var 01/91
Vilar do Monte	175	164	113	-6,3%	-31,1%
Ponte.de Lima	43797	43421	44336	-0,9%	-2,1%
Vale do Lima (ZI Leader)	104482	98584	97.274	-5,7%	-1,3%

Quadro 2 – Distribuição Por Sexo

Dist. Por Sexo (Residentes)								
	1991				2001			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
Vilar Monte	73,0	44,5%	91,0	55,5%	50,0	44,2%	63,0	55,8%
P.Lima	20.349	46,9%	23.072	53,1%	21.046	47,5%	23.290	52,5%
Vale do Lima	45.146	45,8%	53.418	54,2%	45.507	46,8%	51.767	53,2%

Como podemos verificar no quadro 2, o número de mulheres tanto em 1991 como em 2001, é superior ao dos homens, o que cimenta a importância da mulher no mundo rural. Por outro lado é importante salientar que este índice valoriza possíveis candidaturas a programas comunitários, pois permite uma maior acção de dinamização guiada pelo sexo feminino, que é decorrente nos dias de hoje fundamentalmente nos meios urbanos.

Quadro 3 – Distribuição Etária da População

Estrutura Etária da População Residente				
	1991	%	2001	%
0 -14	32	19,5%	11	9,7%
15-24	36	22,0%	16	14,2%
25-64	67	40,9%	50	44,2%
+ 65	29	17,7%	36	31,9%

Através da leitura deste quadro, podemos concluir que o índice de envelhecimento não atinge valores preocupantes, sendo de certo modo satisfatório registar que 44,2 da população está compreendida entre os 15-24 anos, e a população com mais de 65 anos é a segunda com 31,9%.

No entanto, é necessário criar condições para que os jovens possam encontrar soluções para se manterem no aglomerado, cativando iniciativas empreendedoras de desenvolvimento e prosperidade, pois apesar da população não ser largamente envelhecida, o índice populacional tem vindo a diminuir consideravelmente verificando-se uma variação de população entre 1991/2001 de -31,1% taxa elevadíssima se compararmos a variação de 1981/1991, onde era de -6,3%.

É de facto um dos factores que caracteriza esta área como sendo um núcleo rural, cujas variações negativas da população residente nas últimas décadas, é galopante.

Nível de Instrução da População Residente

Quadro 4 – Nível de Instrução da População Residente

Nível Instrução População		
	1991	2001
Nenhum Nível de Ensino	50	43
1º Ciclo Ens. Básico	73	37
2º e 3º Ciclo Ens. Básico	26	29
Ens. Secundário	3	3
Outro Ensino	0	1

O nível de instrução da população deste núcleo rural está representado no gráfico 3. O isolamento de que esta área padece, de certa forma, espelha o baixo nível de instrução da população. O número de pessoas analfabetas desta população situa-se nas 43 pessoas, 14% inferior a 1991, para uma população total de 164 pessoas, mas a taxa actual de alfabetização é superior a 1991, situando-se no 38%, sendo que a população actual é de 113 pessoas.

Esta análise permite-nos, não apenas confirmar o anteriormente exposto sobre o nível de instrução, mas também concluir sobre o déficite de desenvolvimento de que esta área sofre – baixo nível de instrução de uma população é um dos maiores obstáculos ao seu desenvolvimento.

Alojamento Familiar

Dentro desta área existem zonas que apresentam alguma heterogeneidade em relação aos valores de alojamento com “*ocupante ausente*”.

A existência de aglomerados habitacionais nesta área com características rurais típicas, os quais, quer pela pelas características arquitectónicas dos seus imóveis, exemplares típicos da arquitectura popular, quer pelo modelo de vida dos seus habitantes, com os seus usos e costumes, formam um verdadeiro “nicho de ruralidade” nos quais a nossa memória facilmente recua no tempo.

Quadro 5 – Alojamentos Familiares Clássicos

Alojamento Familiar	
Familias Clássicas	39
Alojamentos Familiares Classicos	63
Alojamentos Familiares. Res. Habitual	39
Alojamento Ocupados para uso Sazonal ou Secundário	19
Alojamentos Vagos	5
Alojamentos c/ Esgotos	38
Alojamentos s/ Esgotos	1
Liceças concedidas p/ construção de edificios de Habitação	0
Nº Médio Individ. P/ alojam. Familiar (R. Hab)	2,90

Equipamentos e Infra-estruturas Básicas

Os equipamentos e infra-estruturas básicas, e depois de constatada a realidade no terreno, podemos afirmar de forma categórica que neste núcleo rural as infra-estruturas básicas apresentam um baixo grau de satisfação, facto que constitui actualmente um dos grandes entraves à melhoria da qualidade de vida da população residente e ao desenvolvimento económico e social desta área.

Quadro 6 – Equipamentos e Infra-estruturas Básicas

Minimercado	Existe
Rede Pública de Abastecimento de Água	Não Existe
Rede Pública de Águas Residuais	Não Existe
Recolha de Lixo	Existe
Estação ou Posto de Correio	Não Existe
Ensino Básico 1º Ciclo - Público	Existe
Centro de Saúde ou Extensão	Não Existe
Farmácia	Não Existe
Centro de Dia	Não Existe
Biblioteca	Não Existe

Das infra-estruturas básicas podemos constatar que o **abastecimento de água**, através de rede pública, é bastante insatisfatório, obrigando a população a recorrer a soluções individuais, que na maioria dos casos, não fornecem um serviço de qualidade, actuando com muitas deficiências, nomeadamente em períodos de maior escassez.

Acessibilidades

As acessibilidades no interior do Vale do Lima têm vindo a sofrer algumas pequenas melhorias, mais qualitativas do que quantitativas, mantendo-se a acessibilidade externa numa situação muito mais favorável do que a interna.

A rede viária principal permanece inalterada, há décadas e só a construção da auto-estrada veio introduzir uma modificação profunda, em 1998.

Grande parte dos investimentos dos municípios no programa operacional regional do II QCA – PRONORTE - dirigiram-se para a rede viária municipal, a qual, em termos de qualidade das infra-estruturas tem vindo a melhorar consideravelmente, não sendo porém suficiente proceder apenas a este tipo de intervenções. Uma intervenção mais estruturante, com uma hierarquização da rede, possibilitando a circulação entre as sedes de concelho, em melhores condições de velocidade e segurança que as actuais, impõe-se há muito tempo, estando programada no Plano Rodoviário Nacional, como prioritária, a construção (conclusão) dos IC1 e IC28, eixos rodoviários que, embora de nível nacional, constituem eixos de crucial importância na articulação entre a auto-estrada e as estradas de nível municipal.

Apesar de Vilar do Monte distar 15 Km do concelho de Ponte de Lima, a auto-estrada que passa entre Porto e Valença, tem como valência a vinda com maior facilidade de pessoas oriundas de vários pontos do país, bem como da vizinha Espanha. Contudo, só um bom plano de divulgação permitirá um aumento do índice de pessoas a conhecer o núcleo rural, tornando-o mais dinâmico economicamente e socialmente, para bem da população local.

Saúde e Segurança Social

O nível de atendimento da população dos serviços de saúde e assistência social nesta área, está muito distante de ser satisfatório – ver quadro n.º 6

A descrita situação, associada à considerável percentagem de população de idosos residente neste Centro Rural, com grandes dificuldades de deslocação, constitui um factor altamente penalizador da qualidade de vida dos residentes, contribuindo para o acentuar das diferenças entre o interior rural e as freguesias e concelhos mais próximos do litoral sempre privilegiados neste tipo de serviços.

Estrutura Económica e Meios de Produção

	Vilar do Monte
Taxa de Actividade	57,3

A população residente em Vilar do Monte, tem uma taxa de actividade essencialmente ligada à agricultura, onde predomina a criação de gado, sobretudo o bovino, ovino e caprino.

A taxa de actividade atribuída a Vilar do Monte na agricultura atinge cerca de 57,3%, valor que ainda hoje predomina, existindo ainda uma pequena indústria familiar de carpintaria, sendo a construção civil uma das actividades que emprega parte da população, embora trabalhando fora do núcleo rural em causa.

A autarquia local admite que a revitalização do sector secundário e terciário, poderia passar por iniciativas empresariais de jovens agricultores, e de pequenas empresas industriais, mas o baixo índice populacional não permite atingir esse grau de evolução.

Actividade Agrária

A actividade agrária em Vilar do Monte, representa ainda hoje uma boa parte da actividade exercida na freguesia, embora de carácter familiar e de substância. Sendo uma zona de montanha, predomina o cultivo de culturas arvenses adaptadas a regiões mais altas, utilizadas para a alimentação do gado bovino, ovino e caprino. Tendo uma área total de 3,5 km², a superfície agrícola útil é cerca de 190 ha segundo os dados RGA de 1999.

Quadro 6 - Actividade Agrária

Actividade Agrária	
Area Total Freguesia	350 ha
Superfície Destinada à Agricultura	208,8 ha
Superfície Agrícola Utilizada	190 ha
Explorações Agrícolas (nº)	21

Outra das actividades agrárias exercida, é o cultivo do linho, embora numa escala muito pequena, pois são cada vez menos as pessoas a cultivá-lo e a trabalhá-lo. Encontram-se ainda em funcionamento um tear, onde são laboradas mantas, passadeiras e pequenos farrapos para o uso do dia a dia.

Com o conjunto de medidas a implantar neste local, quer através de 7.1, quer posteriormente com o LEADER +, esperamos revitalizar um conjunto de actividades que traga de volta a auto-estima esta população, que tem hoje oportunidades de se afirmar como sendo um núcleo rural com atomicidade para um futuro próximo.

Património Cultural

Igreja Paroquial (séc XIII)

Penedo de Corujas

Mesa dos Quatro Abades

Povoado antigo de Vilar do Monte

Património Natural

O património natural deste local, será talvez um dos pontos mais marcantes do núcleo, uma vez que o enquadramento paisagístico é de uma rara beleza, combinando a diversidade da fauna e flora, em consonância com os rendilhados muros de granito que dividem os campos agrícolas e a pastorícia.

A flora é caracterizada essencialmente pela abundância de pinheiros, carvalhos e sobreiros. Os arbustos dominantes são o urze, o tojo, e em menos quantidade o medonho e o loureiro.

Estratégia

O núcleo de Vilar do Monte apresenta condições para a implementação da Medida 7.1 do programa AGRIS, uma vez que a revitalização do núcleo é factor decisivo nesta altura, pois o êxodo rural não para de aumentar. A ADRIL, como Associação de Desenvolvimento Rural, acredita que este será o primeiro passo para a dinamização desta freguesia, que irá concertar com o programa LEADER + a recuperação de um conjunto de casas para Turismo de Aldeia, pois será por este caminho que Vilar do Monte poderá voltar a crescer de uma maneira concerta e integrada.

Os investimentos privados, estão na sua maioria envoltos de sacrifícios de diversas pessoas que não deixam de acreditar no melhoramento e na prosperidade da aldeia. Condições de sobrevivência deste projecto não faltarão, pois existem diversos imóveis de traça tradicional que podem ser revitalizados, existem produtos locais e actividades que estão adormecidas, e essencialmente existe a Mesa dos Quatro Abades, que será em todo este processo a pedra angular como meio de divulgação e atractividade do núcleo rural.

Numa breve síntese, a Mesa dos Quatro Abades remonta a uma antiga actividade exercida no século XVII. Das freguesias de Calheiros Cepões, Barrio e Vilar do Monte, no mesmo dia, saía de cada uma das suas igrejas paroquiais em procissão penitencial em honra a S. Sebastião, pedindo protecção contra as três grandes calamidades da humanidade, a peste, a fome e a guerra. Juntavam-se as quatro freguesias num marco comum, que assinalava o ponto de convergência das quatro freguesias, onde os quatro abades se sentavam à mesma mesa, cada uma no limite da sua paróquia, e em redor presenciava toda a população na discussão de problemas locais, com o intuito de encontrar soluções.

Actualmente esta tradição mantêm-se viva, e anualmente reúnem as populações, o Presidente da Câmara Municipal, os Presidentes de Junta, e discutem da mesma forma os problemas, as soluções duma maneira popular e directa, culminando no final com a confraternização das pessoas em conjunto com as iguarias locais. Por aqui passaram já diversas personalidades, como Sua Ex.a o Presidenta da República, os Ministros da Agricultura, Planeamento e Ambiente entre outros, o que de certo modo galvaniza a população local, e os orgulha por terem algo que faça reconhecer as suas freguesias.

Pontos Fortes:

- *Existência de um grupo de pessoas interessadas em investir, na recuperação patrimonial e ambiental;*
- *Consciência da situação de subdesenvolvimento;*
- *Existência de importante património etnológico;*
- *Existência de importante património construído e ambiental;*
- *Disponibilidade de mercados para produtos e actividades tradicionais dos meios rurais;*
- *Alta percentagem de espaços naturais;*
- *Óptimas características rurais, ambientais e naturais;*
- *Escasso ou inexistente nível de consciencialização sobre o novo modelo do território como unidade dimensionada do mundo económico moderno;*
- *Baixo ou muito escasso nível de difusão dos novos métodos organizativos e produtivos;*
- *Riqueza e diversidade do património cultural e natural (arquitectura rural, usos e costumes, artesanato, paisagens, linhas de água, etc.);*
- *Características montanhosas e rurais da zona, extremamente motivadoras do turismo de recreio, lazer, ambiental e de descanso;*
- *Existência de agricultura extensiva, com forte aproveitamento dos recursos naturais, produzindo produtos agrícolas tradicionais sendo alguns deles certificados (carne barrosã, cabrito das Terras Altas do Minho);*

Pontos Fracos:

- *Baixa participação da população nas associações e actividades colectivas;*
- *Baixo nível educativo e formativo da população;*
- *Contínua saída dos jovens mais qualificados;*
- *Baixo nível de rendimento;*
- *Agricultura predominantemente tradicional com baixo índice de rendimento que se encontra em continua decadência*
- *Baixa disponibilidade de recursos financeiros;*
- *Escassez de meio tecnológicos de informação, comunicação e formação;*
- *Pouca importância para as questões do meio ambiente relacionada com a população;*
- *Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho por parte dos jovens;*
- *Deficiência nos transportes públicos;*
- *Dificuldades de acessibilidades em certas zonas;*
- *Desequilíbrio interzonais;*
- *Escassez de infraestrutura de apoio à terceira idade; freguesias;*
- *Falta de equipamentos colectivos e serviços de apoio;*
- *Degradação do património edificado;*
- *Reduzida capacidade de investimento;*
- *Fraca presença de outros sectores de actividades.*

Tendo em consideração o exposto e a análise externa e relação continuada dos principais aspectos do Mercado Comunitário que pode suportar ameaças e oportunidades para as zonas rurais de intervenção desta candidatura e conservando a mesma ordem que se utilizou para descrever os principais aspectos territoriais específicos determinantes para o desenvolvimento territorial, temos tentado destacar as principais oportunidades e ameaças que cada supõe para a região em questão. Esta análise foi completada com as principais oportunidades e ameaças que supõem o impacto das principais políticas da União Europeia que incidem sobre o desenvolvimento do território, tal e como se depreende dos acordos globais alcançados no Conselho Europeu de Berlim em Março de 1999, sobre a Agenda 2000.

Estruturas rurais e urbanas

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> · Novas oportunidades turísticas de consumo (contacto com a natureza, a curiosidade cultural, o contacto humano, a necessidade de recuperar laços telúricos); · O emergir de novas formas de turismo, nomeadamente o turismo ambiental, cultural, etnológico e de aventura; · A relativa proximidade de centros urbanos como Viana do Castelo, Porto e a região da Galiza; · Os novos conceitos que estão a ser implementados pela reforma da PAC, nomeadamente quanto ao incentivo à prática de uma agricultura extensiva, complementada pela pluriactividade; · Troca de oportunidades económicas urbanas, sobre todo o nível regional; · Emergência de redes funcionais (<i>clusters</i>); · Crescente interdependência campo-cidade; · Troca da agricultura como base económica das áreas rurais; · Incremento dos produtos agrícolas de qualidade e do turismo verde, permitindo uma reorientação e uma diversificação positiva deste sector; · Incremento e propensão em aplicar medidas agro-ambientais nas novas políticas. · Possibilidade de diversificar a produção orientada a satisfazer “nichos” de mercado específicos; · O envolvimento e cooperação de várias entidades locais neste processo (autarquias, associações, população em geral); 	<ul style="list-style-type: none"> · Continua dispersão urbana; · Crescente segregação social nas cidades; · Fortes pressões sobre o meio ambiente; · Agravamento do processo de despovoamento e abandono das terras, pela diminuição de serviços básicos e o dinamismo das cidades rurais; · Competência internacional crescente sobre a produção agrícola derivada dos acordos do GAT/OMC; · Permanência de inconsistências fronteiriças; · Desigual acessibilidades entre as regiões rurais da Europa; · Tendência de concentração e aparecimento de corredores de desenvolvimento; · Infraexportação de serviços e infra-estruturas em áreas escassamente povoadas, junto com o problema do enlace entre instituições; · Insuficiente conectividade entre redes e entre modos de transporte.

Património natural e cultural

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> · Áreas de interesse paisagístico e ambiental; · Progresso considerável na sensibilização para a melhoria da qualidade das águas dos rios e ribeiros; · Em matéria de política de meio ambiente, tem sido adoptada legislação favorável às regiões menos desenvolvidas (directiva <i>habitats</i>); · Aumento da sensibilidade para conservar o património; · Esforços consideráveis para revalorizar áreas rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> · Perda da biodiversidade e áreas naturais; · Fragmentação espacial das zonas protegidas; · Pressão contínua sobre as paisagens culturais; · Pressão sobre o património cultural; · Forte pressões urbana e turísticas e ameaças de projectos de infra-estruturas; · Tendências a adoptar actividades sobreprodutoras do património. ·

Objectivos

A implementação deste programa no núcleo rural objecto desta candidatura, tem como finalidade operar em pequenas recuperações e na valorização do património construído, do património natural, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural, implementando projecto inovadores e demonstrativos que contribuam para a melhoria de vida dos habitantes desta zona rural e podendo transformar o tecido económico agrário local, criando condições de sustentação da população local, para que esta disponha de rendimentos adequados e atractivos face às condições de vida oferecidas pelos meios urbanos.

Pretende-se com a dinamização, revitalizar e recuperar culturas tradicionais, mitos e ritos que são obra dos próprios agricultores e dos rurais em geral, que começam a desaparecer e que há necessidade urgente de se intervir com alguns apoios financeiros de forma a consciencializar a população para a importância dos seus valores culturais.

O sucesso da implementação e concretização do Plano de Intervenção obriga à permanência de um técnico superior no terreno para apoiar, acompanhar e orientar os promotores e avaliar as a execução das acções bem como o resultado do impacto dos investimentos na zona de intervenção. Criar alojamento turístico com intervenção do Programa LEADER +.

A intervenção vai incidir essencialmente na recuperação de fachadas degradadas, valorizando o património rural e criando o enquadramento necessário da zona rural onde se encontram inseridas.

Beneficiários

- . Câmara Municipal de Ponte de Lima
- . Junta de Freguesia de Vilar do Monte
- . Fábrica da Igreja de Vilar do Monte
- . Particulares

Tipos de Acções a Desenvolver

- *Infra-estruturas públicas*
- *Dinamização e promoção do núcleo rural*
- *Requalificação de espaços públicos*
- *Recuperação de construções rurais de traça tradicional, através da recuperação das fachadas*
- *Valorização de espaços e itinerários pedonais de interesse histórico-turístico*

Conclusão

O espaço do nosso mundo rural é caracterizado pela baixa taxa de densidade populacional e pela sua importância relativa da agricultura na economia e na sociedade. A densidade populacional é inferior a cem habitantes por Km² e com mais de 20% da população activa ligada à agricultura.

O rendimento das nossas zonas rurais apresentam níveis muito inferiores aos das zonas urbanas ou semi-urbanas, com tendência a acentuarem-se as mutações económicas e sociais, tornando-as mais vulneráveis ao impacto da globalização.

Analisadas as causas da vulnerabilidade verificamos uma continua redução do peso da agricultura na economia do país, sem que tenham aparecido alternativas credíveis de maneira a manter-se níveis equilibrados com as zonas urbanas e semi-urbanas, tendo-se verificado, pelo contrário, uma progressiva degradação do rendimento dos habitantes das zonas rurais.

O mundo rural tem pouca capacidade para atrair investimentos nos sectores secundários e terciários, por escassez de infra-estruturas de acesso e acolhimento e, também, pela localização periférica relativamente aos meios urbanos e conseqüentemente aos grandes mercados.

As condições de vida e de trabalho, principalmente para os jovens, são pouco atractivas no mundo rural, devido à degradação crescente que se tem verificado nos últimos anos. Estas condições não estimulam a população a fixarem-se, as expectativas profissionais são poucas, as infra-estruturas culturais, desportivas, educativas e de saúde são quase inexistentes. Esta escassez de recursos aliada à falta de oportunidades

profissionais motivadoras para a população activa, principalmente os mais jovens, sem ser capaz de lhes assegurar saídas profissionais compatíveis com a sua formação académica ou profissional.

Acresce aos problemas mencionados, os problemas ambientais, que decorrem da poluição, do abandono rural, dos incêndios florestais e da destruição dos terrenos agrícolas.

A preservação do património ambiental, da paisagem, do património rural, da cultura rural, dos ritos e dos mitos, devem estar na base da identidade e da história de um povo.

O Programa AGRIS, através da Medida 7.1. permitirá a aplicação prática de muito do que se tem defendido para o mundo rural e seu desenvolvimento. O desenvolvimento do mundo rural deve ser harmonioso, provocando equilíbrios e estabilidade social, podendo através desta medida contribuir-se decisivamente para a implementação de projectos incapazes de se concretizarem sem este incentivo.

Este Programa permitirá o desenvolvimento integrado numa óptica descentralizada, onde a gestão e acompanhamento será muito próxima do promotor, contribuindo, assim, para melhor rentabilização dos investimentos a efectuar. Os projectos pretendem-se inovadores e demonstrativos e que tenham como beneficiários directos agricultores e não agricultores, entidades colectivas de direito privado e entidades públicas.

A diversificação de actividades a partir da mobilização dos recursos endógenos, a recuperação do património cultural e paisagístico ligado à valorização dos recursos locais e à criação de emprego, associado às experiências até agora colhidas, serão uma mais valia que nos permite

afirmar que o carácter descentralizado e a capacidade de mobilização dos agentes locais, juntamente com entidades privadas, cooperativas e associativas, com entidades públicas de âmbito regional e local, são um bom exemplo do garante da viabilização dos projectos apresentados e da sua inserção nos objectivos gerais e na estratégia delineada para o núcleo rural em questão. A revitalização do meio rural que se pretende para cada núcleo rural prende-se com cada um dos espaços rurais, sem repetir os padrões do passado mas, também, sem perder a identidade local e o valor cultural intrínseco da cada localidade.

Por último, importará lembrar que só existirá mundo rural com vida e dinâmico se dispuser de estrutura dinâmicas e da existência de condições que dignifiquem todos aqueles que lá residam.